



ID: 19817146

22-02-2008

**A. Domingues de Azevedo**

Presidente da CTOC

Opinião da CTOC | "O Fisco precisa de sair do pedestal em que se colocou, desenvolvendo campanhas de sensibilização, como aconteceu recentemente com a campanha 'Peça a Factura'"

Boas expectativas? A ver vamos...

A primeira intervenção pública do novo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) deixou boas expectativas. Carlos Baptista Lobo colocou especial ênfase na «humanização» da Administração Fiscal, em detrimento da «mecanização» para a realização de "actos em massa". Para alguém, como a CTOC, que tem lutado de maneira tão empenhada pela salvaguarda dos direitos dos contribuintes, ouvir que as garantias dos contribuintes estarão na primeira linha das prioridades do novo SEAF, só pode ser um motivo de satisfação. Se esta mudança de discurso for transposta para a prática, não regatearemos elogios. Mas o caminho é longo. Urge quebrar rotinas instaladas. Se por um lado, a máquina fiscal mobilizou-se, sem paralelo no passado, com resultados assinaláveis, por outro lado, foram interiorizadas reacções arrogantes e de condenação a priori de qualquer atitude dos contribuintes, tenham estes razão ou não.

O reverso da medalha da eficácia fiscal tem-se traduzido nos atropelos aos direitos e garantias dos contribuintes. A crescente desprotecção dos contribuintes re-

sulta de dois factores claros: a complexidade do sistema fiscal e as práticas introduzidas pelos serviços. Quem não conhece um caso pessoal de abuso fiscal, envolvendo um amigo, familiar ou colega de trabalho?

A primeira garantia que o contribuinte se encontra de boa fé e tem a razão do seu lado deve passar pelo pagamento do que é devido e dentro do prazo. Ao contrário do que se pensa, existem muitos mecanismos e instrumentos ao alcance dos contribuintes, mas que são desconhecidos para a maioria. Quem não deve e, por acréscimo, não teme, não deve entrar em pânico sempre que na sua caixa do correio recebe uma carta das Finanças. O leque de direitos é vasto e diverso: reclamação graciosa/recurso hierárquico, impugnação judicial, direito audição e revisão oficiosa, só para citar alguns. Eles existem, só que ou são desconhecidos pelos contribuintes ou não são tidos em conta pela máquina tributária. O Fisco precisa de sair do pedestal em que se colocou, desenvolvendo campanhas de sensibilização, como aconteceu recentemente com a campanha "Peça a Factura". Se for inaugurada uma nova cultura de relacionamento, assente no respeito mútuo pela esfera de contri-

buintes e administração fiscal, em que os primeiros aprendam a lidar com a segunda, e vice-versa, sem intrusões, certamente, o balanço final será mais favorável ao bem comum. A justiça fiscal, com respeito pelos direitos contribuintes, é um passo imprescindível.

Ainda no discurso do novo SEAF, sublinhe-se o seu estímulo para a adopção de «uma verdadeira política fiscal». Não posso estar mais de acordo. O que existe é uma fiscalidade para a política, ao sabor dos ciclos eleitorais e das necessidades imediatas. A ausência de política fiscal leva a que a fiscalidade fique nas mãos dos políticos, sendo os sujeitos passivos pressionados a angariar receitas, preterindo-se os direitos fundamentais dos cidadãos, em nome do dever do pagamento de impostos. Com uma verdadeira política fiscal, os cidadãos saberiam quanto pagar e o seu excedente. Inteirados desta realidade, os políticos ver-se-iam obrigados a reduzir os limites das suas promessas eleitorais, em que o céu é sempre o limite. Deixariam de prometer mundos e fundos, sem pressionar o sistema fiscal, até porque, o actual nível de eficiência na arrecadação das receitas será praticamente impossível de igualar no futuro. ►